

Governo quer informação fiscal de empresa em processo administrativo

O governo federal quer acessar o sigilo fiscal das empresas que prestam serviços ao poder público e estão sendo julgadas em processo administrativo. Essa   uma das [sugestões](#) feitas conjuntamente entre os ministérios da Transparência e do Planejamento, e a Casa Civil para modernizar a Lei de Licita es ([Lei 8.666/1993](#)).

As mudanças na norma estão sendo avaliadas no [Projeto de Lei do Senado 559](#). Para as três pastas, o acesso ao sigilo fiscal dessas companhias aumentar  a efetividade das auditorias. “As quais, muitas das vezes, apuram irregularidades envolvendo contratos e certames licitatrios.”

No relatório apresentado   detalhado que as informa es desejadas para fiscaliza o envolvem os sistemas Público de Escritura o Digital e DataWarehouse (que envolve o setor aduaneiro), além de dados de Propriedades rurais sujeitas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Outra sugestão feita pelas pastas   a proibi o das empresas contratadas pelo Poder Público de terceirizar os serviços pedidos na licita o sem a autoriza o do contratante.

Desconsidera o da personalidade jurídica

Os modelos de condena o definidos pelo PLS 559 para as empresas contratadas pelo poder público que transgrediram a lei durante a presta o dos serviços também preocupam as pastas. Segundo elas, em caso de condena o, a pena também deve alcançar os gestores das companhias para evitar que eles constituam nova sociedade e consigam participar de novos certames.

“A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das san es aplicadas   pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administra o,   pessoa jurídica sucessora ou   empresa, do mesmo ramo, com rela o de coliga o ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório e a ampla defesa”, sugerem as pastas.

Além da responsabiliza o dos gestores   sugerido que as vencedoras das licita es provisionem os valores trabalhistas que serão gastos. Desse modo, segundo as pastas, as chances de o Poder Público ter que assumir débitos junto aos trabalhadores devido   falta de pagamento pela contratada diminuem.

“Constantes interrup es de contratos que envolvem cessão de mão de obra resultando assun o de responsabilidade trabalhistas e previdenciárias pelos órgãos e entidades da Administra o Pública”, aponta o relatório..

Autores: Redação ConJur